

PROPOSTA

ASSINATURA DA CARTA DE AALBORG

Desde sempre, desde as sociedades primitivas, o Homem usou os recursos naturais para viver. Porém durante muito tempo, a exploração de recursos era diminuta e a deposição dos resíduos resultantes não levantava problemas significativos porque eram em pequena quantidade e por isso a natureza tinha capacidade para os assimilar.

Com a revolução industrial na Europa, no último quartel do séc. XVIII, começam a surgir impactos no solo, água e ar com o abandono dos resíduos produzidos e libertação de poluentes gasosos.

Do ponto de vista ambiental, o nosso sistema deve estar em equilíbrio com os subsistemas dependentes entre si, como o meio natural e o meio humano. O meio natural fornece ao Homem os recursos necessários para a sua sobrevivência e o Homem utiliza-os, aproveita-os e devolve ao meio natural um resíduo que, por sua vez, devidamente transformado por esta coloca-o à disposição do Homem convertido em novo recurso.

O desajuste deste modelo ideal de equilíbrio surge no momento em que os resíduos rejeitados pela sociedade para o meio natural não são assinaláveis por este devido à sua quantidade, à sua composição, à sua concentração no tempo ou no espaço, iniciando-se assim uma cadeia de problemas de contaminação do meio, que afecta tanto os solos como o ar, como as águas, tanto superficiais como subterrâneas.

Nas últimas décadas a utilização maciça de bens e recursos e a produção de grandes quantidades de resíduos, alguns com características perigosas, pôs em risco o equilíbrio do sistema, com a conseqüente ameaça de desqualificação dos bens fundamentais para a sobrevivência do homem, tais como a água, o ar e a alimentação.

Após muitas décadas de actividade económica lesiva do equilíbrio ecológico, a sociedade encontra-se hoje confrontada com a ameaça da desqualificação de bens tais para a sua sobre vivência, tais como a água, o ar e a alimentação.

É portanto necessário desenvolver acções no sentido de se proteger bens e recursos naturais e bens e recursos artificiais e implementar medidas de luta contra os impactos negativos sobre o ambiente.

Refira-se que ainda hoje os resíduos acumulados sem qualquer tratamento são de grande prejuízo para a saúde pública e favorecem a degradação do ambiente. Na década de 80 mais de 5 milhões de pessoas morriam anualmente devido a enfermidades relacionadas com os resíduos.

Nos últimos tempos observa-se que estes problemas preocupam os governos e também a sociedade em geral, sendo tanto maior esta preocupação quanto maior é o grau de desenvolvimento económico da sociedade e maior o grau de informação.

A partir da década de 70 a comunidade internacional tomou consciência dos problemas ambientais. Em parte esta preocupação foi motivada pela ocorrência de calamidades ambientais noticiadas em todo o mundo e pela depredação dos recursos naturais e pela degradação do ambiente, consequência do intenso crescimento económico então observado. Desde então tem-se realizado esforços no sentido de implementar e atingir um novo tipo de desenvolvimento onde o ambiente, economia e bem-estar social apareçam interligados, ou seja, onde haja uma atitude de precaução face ao futuro. Pode dizer-se que hoje há uma noção do que é desenvolvimento sustentável, isto é, desenvolvimento que promova o bem-estar da geração presente sem comprometer a base de recursos naturais da geração futura. Pode ainda definir-se desenvolvimento sustentável como aquele que oferece serviços ambientais, sociais e económicos aos residentes de uma comunidade sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, urbanos e sociais, dos quais dependem.

Em 1972 realizou-se em Estocolmo uma conferência sobre Ambiente Humano promovida pela Organização das Nações Unidas, onde se reconheceu que a protecção ambiental está interrelacionada com o desenvolvimento económico e a prosperidade do

mundo. Desta conferência resultou a Declaração sobre o Ambiente Humano que apela aos governos e cidadãos para exercerem esforços no sentido da preservação e melhoria do ambiente humano para o benefício de todos.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez no relatório Brundtland "O Nosso Futuro Comum", elaborado em 1987 para as Nações Unidas, onde se refere a necessidade de integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas políticas nacionais. A partir deste momento as políticas nacionais devem procurar responder às necessidades presentes sem no entanto comprometer as possibilidades das gerações futuras responderem às suas próprias necessidades.

No ano de 1992 realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (ou "Conferência do Rio" ou "Cimeira da Terra"), tendo-se discutido os vários problemas sociais e económicos, com consequências sobre o ambiente e sentidos a nível mundial.

Nesta conferência estiveram representados quase duas centenas de países, representando 98% da população mundial, que assinaram o Plano de Acção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no século XXI, vulgo Agenda 21 ou Carta do Rio. Este documento engloba um conjunto de estratégias visando inverter o processo de degradação ambiental, através do incentivo à criação, por parte de autoridades e instituições (locais, regionais, nacionais e internacionais), de instrumentos que possibilitem atingir um desenvolvimento sustentável em todos os países. Representou uma novidade no discurso político mundial porque a estratégia exposta nesse documento aponta para uma participação da população e agentes económicos em todo o processo de gestão ambiental, assumindo-se que a problemática da conservação e manutenção dos recursos naturais se relacionam com as questões sociais e económicas. Aquele documento é de facto uma Agenda para o século XXI, pois contém orientações concretas para que todos os países, grupos e sectores de actividades contribuam para atingir a sustentabilidade durante o actual século.

Salienta que os problemas globais, como a degradação do ambiente e a pobreza. Precisam de acção local. Uma vez que as autarquias locais constituem o nível de governação mais próximo do cidadão, estas terão de assumir um papel vital na criação

das condições para formar e mobilizar os cidadãos para uma intervenção activa com o objectivo da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, ou seja, de modo a promover o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 Local consiste então num processo participativo de todos os cidadãos através do qual se procura o consenso entre as autarquias locais e os diversos parceiros da sociedade civil com o objectivo de preparar e implementar um Plano de Acção a longo prazo ao nível local dirigido aos problemas e prioridades locais, no qual se integram as preocupações de protecção ambiental, de prosperidade económica e de equidade social da comunidade.

As principais etapas de implementação da Agenda 21 Local são:

- Sensibilização e criação do fórum (Assinatura da Adenda de Aalborg, Sensibilização da comunidade, Criação do Fórum Participativo da A2IL);
- Diagnóstico e elaboração do Plano de Acção;
- Implementação, monitorização e revisão.

Em 1994, em Aalborg (Dinamarca), na conferência das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis são definidas, no âmbito do documento conhecido como "Carta de Aalborg", as estratégias de implementação da "Agenda 21", considerando-se essencial que as autoridades locais, em conjunto com empresas, grupos, associações, habitantes, etc..., definam as estratégias de actuação que visem a protecção dos recursos ambientais numa perspectiva de melhoria das condições sociais e económicas.

Em 1996, realizou-se em Lisboa a segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas sustentáveis, onde se analisou a adesão ao programa da Agenda 21 Local. Insistiu-se na necessidade da implementação efectiva das Agendas 21 Locais, donde resultou a assinatura de documento intitulado "da Casta à Acção". Neste documento refere-se que a adopção da Carta das Cidades e Vilas Europeias em Direcção à Sustentabilidade (Carta de Aalborg) constitui um dos melhores pontos de partida para o lançamento de um processo de Agenda 21 Local.

Em 2004, em Aalborg, na conferência "Aalborg+10 Inspirando o Futuro" são aprovados por aclamação 10 compromissos, baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável da carta de Aalborg 1994.

Assim, com a assinatura da Carta de Aalborg, as autarquias locais comprometem-se a promover e participar nas iniciativas locais da Agenda 21 e a desenvolver programas de longo prazo conducentes a um desenvolvimento sustentável.

Uma vez que o Município de Condeixa-a-Nova concorda com a declaração de Aalborg e consciente da importância da criação de um Plano de Acção Ambiental e da implementação do processo de Agenda 21 de Condeixa-a-Nova, pretende aderir à "Campanha das Cidades Europeia Sustentáveis" através da assinatura da Carta de Aalborg.

Com a subscrição da Carta de Aalborg, aderindo aos princípios ali expressos, a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova assume o compromisso de promover um desenvolvimento sustentável, permitindo qualidade de vida às gerações futuras. Esta assinatura constituirá uma etapa do Município e uma etapa indispensável para a implementação da Agenda 21 neste Município.

Assim proponho que o Município de Condeixa-a-Nova delibere no sentido da adesão aos princípios expressos na declaração de Aalborg aderindo consequentemente à "Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis".

Condeixa-a-Nova, 23 de Fevereiro de 2006.

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Teixeira Bento